



Garibaldi (com Roseana Sarney): aplausos à decisão do Plenário

Aprovada norma para criação de municípios



Jereissati analisou duas propostas em tramitação no Senado e fez substitutivo

Projeto de lei complementar que define regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposição, que ainda será votada pela Câmara dos Deputados, convalida municípios criados, incorporados, fundidos, desmembrados e instalados entre 13 de setembro de 1996 – data da promulgação da Emenda Constitucional 15 – e 31 de dezembro do ano passado. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, aplaudiu a decisão do Plenário, que evitará a extinção de 57 municípios brasileiros. **3**



Senadores participam da sessão plenária em que a questão das regras para criação de municípios foi amplamente discutida e, afinal, aprovada sem nenhum voto contrário

CCJ aprova indenização a passageiro que não embarcar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto que garante indenização, correspondente ao valor do bilhete, ao passageiro vítima de *overbooking* – venda de passagens acima do número de assentos. A empresa aérea pagará a indenização em dinheiro ou na forma de crédito. O projeto, de Serys Slhessarenko e relatado por Expedito Júnior, precisa ainda ser examinado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **4 e 5**

Homenagem aos professores e às crianças

O Plenário comemorou ontem o Dia do Professor e o Dia da Criança. Senadores cobraram melhores con-

dições para o magistério e estudantes leram a Declaração dos Direitos da Criança. **6**



Cristovam Buarque afirma que a escola é a ferramenta de que as crianças precisam para vencer na vida

Meirelles e Mantega discutem a crise na terça

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, debaterão a crise econômica com os senadores na próxima terça-feira. **7**

Comissão quer agência para proteger crianças

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou projeto de lei que institui a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. **8**

Proposta aprovada na CCT tem objetivo de permitir a identificação dos usuários que utilizarem estabelecimentos para cometer crime pela internet

Lan house pode ser obrigada a registrar clientes

OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS de locação de computadores para uso da internet, conhecidos como cyber cafés e lan houses, poderão ser obrigados a manter cadastro de seus usuários. A medida está prevista em projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com a proposta (PLS 296/08), que teve Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como relator, o cadastro deverá conter o nome completo e o número da carteira de identidade do usuário, além da identificação do terminal por ele utilizado, a data e a hora do início e do término do uso de cada equipamento. O descum-

primento dessa obrigatoriedade será punido com multa de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil, segundo o projeto, que ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Azeredo observa que a grande maioria dos estabelecimentos que oferecem acesso à internet não exige identificação de seus clientes. Essa prática, diz o senador, acaba permitindo que pessoas de má-fé busquem esses locais para "praticar os mais variados delitos" por meio da rede, como pedofilia, racismo, golpes, clonagem de cartões e invasão a contas bancárias.

Em muitos casos, recorda, só é possível identificar o endereço do protocolo de internet (IP)



Comissão de Ciência e Tecnologia aprova proposta sobre cyber cafés, relatada por Azeredo (2º à esq.), que segue para a CCJ

do terminal utilizado para se cometer um crime.

O relator ressalta ainda que o projeto preserva a privacidade

dos usuários de cyber cafés e lan houses, uma vez que os dados guardados nos cadastros só poderão ser fornecidos às auto-

ridades competentes, mediante decisão judicial, nos casos de investigação criminal ou instrução processual penal.

Fotos de Márcia Kalume

Projeto autoriza universidade federal a criar centros de pesquisa

A Comissão de Ciência e Tecnologia também aprovou projeto que autoriza as instituições federais de ensino superior, isoladas ou conjuntamente, a criar centros de pesquisa e desenvolvimento da educação.

O PLS 256/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Os centros teriam como objetivo, segundo o substitutivo do relator, Romeu Tuma (PTB-SP), "desenvolver pesquisa sobre métodos avaliativos e tecnologias educacionais que

difundam, preferencialmente para as escolas de educação básica públicas, seus benefícios, de forma a qualificar os processos de aprendizagem das crianças, adolescentes, jovens e adultos".

O senador Flávio Arns (PT-PR) anunciou seu voto a favor da matéria, mas apresentou a sua preocupação com a necessidade de se criarem novas estruturas e novos cargos dentro das universidades federais.

Em resposta, Cristovam disse que os centros poderiam ter poucos funcionários e estimular debates multidisciplinares

a respeito do futuro da educação.

– É importante que haja centros onde se estudem os instrumentos novos de educação. Já se fala até em educação cibernética, por meio da qual, como na ficção científica, se inseriram chips no cérebro de uma pessoa e ela saia falando inglês – exemplificou Cristovam.

Na mesma reunião, presidida pelo senador Gim Argello (PTB-DF), foram concedidas vistas coletivas a dois projetos: o PLS 51/08, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que institui a política nacional de abastecimento; e o PLS 291/08, do senador Expedito Júnior (PR-RO), que altera a legislação para permitir a propaganda eleitoral de forma mais livre pela internet.

A CCT acolheu ainda dois requerimentos para a realização de audiências públicas. O primeiro, de autoria dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Aloizio Mercadante (PT-SP), pede debate a respeito da possibilidade de venda de dados telefônicos sigilosos, como noticiado pela imprensa.

Cooperação

O segundo requerimento, de Renato Casagrande (PSB-ES), pede a realização de audiência com a presença do ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a respeito da evolução da ciência no país e o andamento de programa de cooperação científica do Mercosul. As datas para essas reuniões ainda serão marcadas.

Objetivo é estudar novas tecnologias educacionais, sobretudo para escolas públicas do ensino básico

Fundo deverá financiar apoio psicossocial a militares e bombeiros

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) deve também apoiar programas de assistência psicossocial aos bombeiros militares e policiais, seus dependentes e companheiras. É o que estabelece projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A inclusão dos bombeiros militares no texto decorreu de emenda de Adelmir Santana (DEM-DF), acolhida pelo relator da proposição (PLS 97/08), senador Romeu Tuma (PTB-SP). A matéria altera dispositivos da Lei 10.201/01, que instituiu o fundo. Agora, o projeto será examinado terminativamente pela CCJ.

Renan disse acreditar que a proposta estimule as forças policiais, nos três níveis de governo, a desenvolverem ações de apoio psicossocial aos policiais e familiares. Ele argumenta que é evidente a situação de estresse a que estão submetidos os traba-

lhadores da segurança pública em suas atividades diárias.

Incor-DF

A CAS acolheu ainda requerimento, de iniciativa coletiva, de audiência destinada a instruir o exame do PLS 343/08, de Marconi Perillo (PSDB-GO), que autoriza o Executivo a extinguir o atual Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF Fundação Zerbini) mediante a criação de uma instituição com o mesmo fim, porém com outras características jurídicas, super-

visionada pelo Ministério da Saúde e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Na direção dos trabalhos, Flávio Arns (PT-PR) informou à comissão sobre ofício recebido por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), em que a direção do Incor, em São Paulo, defende a desvinculação da unidade do DF, criada em 2004, em relação à central, ligada ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP).

Outro requerimento aprovado – de autoria de Tuma – prevê

audiência sobre o Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da Aids, implantado em 2002, em Angola, pelo infectologista brasileiro David Uip, e no qual trabalham hoje 40 profissionais brasileiros.



Garibaldi Alves



Arns (D) preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou proposta de Renan Calheiro (no alto) sobre segurança

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário debate Defensoria do DF

A sessão às 14h é deliberativa, e tem na pauta a PEC que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do DF. A homenagem ao bicentenário do Banco do Brasil, que seria realizada hoje, foi adiada. A nova data ainda não foi marcada.

Garibaldi recebe diretores de museus

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe às 11h o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) e 50 diretores de museus nacionais; e preside a sessão deliberativa a partir das 14h. Às 19h participa, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, da posse do procurador-geral de Justiça do DF e Territórios, Leonardo Azeredo Bandarra.

Conselho de Defesa Comercial em pauta

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne às 10h para analisar seis itens em pauta. O primeiro é o projeto que institui o Conselho de Defesa Comercial, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos *antidumping*, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas e salvaguardas.

Proposta aguardada com ansiedade em todos os estados brasileiros segue agora para apreciação na Câmara dos Deputados. Criação de municípios exige estudos de viabilidade

Aprovado projeto que define regras para novos municípios

O PROJETO DE lei complementar que define regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposição, relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), convalida os municípios criados, incorporados, fundidos, desmembrados e instalados entre 13 de setembro de 1996 – data da promulgação da Emenda Constitucional (EC) 15 – e 31 de dezembro do ano passado. A EC 15 determina que lei complementar federal deve definir o período para criação de municípios. O projeto de lei será ainda votado na Câmara dos Deputados.

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acolhido em 27 de agosto último, foi favorável à aprovação da matéria ((PLS 98/02 – Complementar), de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), e pela rejeição dos PLS 503/03 e 96/08, de autoria do ex-senador Sibá Machado (PT-AC), e do PLS 60/08, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Todos são projetos de lei complementar. Na sessão de ontem, no entanto, foi acatado requerimento desmembrando o PLS 503/03, que, assim, volta a tramitar na CCJ.

O texto aprovado exige que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de novos municípios dependerão da realização de estudo de viabilidade e de

plebiscito abrangendo as populações dos municípios envolvidos. As mudanças terão de ocorrer após a posse dos prefeitos e vereadores e antes do último dia do ano anterior às eleições municipais.

Caberá à respectiva assembleia legislativa homologar o estudo de

município tem uma população igual ou superior a 5 mil habitantes, nas regiões Norte e Centro-Oeste; 7 mil habitantes, na região Nordeste; e 10 mil habitantes nas regiões Sul e Sudeste.

O estudo também deverá comprovar que o número de imóveis na sede do aglomerado urbano que sediará o novo município é superior à média de imóveis de 10% dos municípios do estado, considerados em ordem decrescente os de menor população; que a arrecadação estimada é superior à média de 10% dos municípios do estado, igualmente considerados em ordem decrescente os de menor população; e que a área urbana não fica situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações.



Ao lado de Flexa Ribeiro e Nery, Jereissati discute o substitutivo

viabilidade e autorizar o plebiscito, que ocorrerá preferencialmente em conjunto com as eleições federais e estaduais. Rejeitado o plebiscito, outro não poderá ser realizado sobre o mesmo tema em um período de dez anos.

O requerimento para criação de municípios deverá ser dirigido à assembleia legislativa e subscrito por, no mínimo, 10% dos eleitores residentes na área geográfica que se pretenda emancipar para originar novo ente federativo. Caberá também à assembleia determinar a elaboração do estudo de viabilidade, que deverá comprovar, entre outras coisas, que a área do novo

Discussão e votação

Foram necessárias várias votações para a aprovação da proposta, que passou com o voto favorável de 46 senadores, 2 contra e nenhuma abstenção. Foi também acolhida, em turno suplementar realizado imediatamente após a primeira votação da matéria e com a unanimidade de 45 votos, emenda apresentada pelos senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Marisa Serrano (PSDB-MS) que convalida os plebiscitos já aprovados para criação de municípios no prazo estabelecido para a convalidação dos novos municípios.

57 municípios lutam para continuar existindo

A aprovação do projeto que regulamenta a criação de municípios no país pode evitar que 57 municípios, que já têm prefeitos e vereadores, deixem de existir nos próximos meses. Eles estavam em processo de criação quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional 15, de 1996, que passou a exigir regulamentação federal para criação de municípios – antes, exigia-se regulamentação por lei estadual.

Muitos desses municípios já estavam no final do longo processo de criação e elegeram prefeitos e

vereadores nas eleições de outubro de 1996, menos de um mês após a promulgação da EC 15 pelo Congresso. Juizes de instância inferior entenderam que alguns já tinham cumprido quase todas as exigências estaduais e, portanto, seus processos de criação deveriam ser completados, mas houve recursos contra essas decisões. Outros desses municípios só continuam existindo graças a liminares obtidas na Justiça.

O curioso é que 29 dos 57 novos municípios tiveram sua existência questionada no Supremo Tribunal

Federal (STF), apesar de que, à época da entrada em vigor da EC 15, seus processos de criação já estivessem quase totalmente concluídos: a eleição de prefeitos e vereadores é a última etapa desse processo. No geral, a maior parte dos 57 municípios já conta com instituições consolidadas e recebe regularmente cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O STF evitou decidir o assunto, mas deu prazo de 18 meses – próximo de expirar – para que o Congresso tomasse uma decisão.

Mais de 800 distritos já pediram emancipação

Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) revela que existem 806 pedidos de emancipação de distritos nas assembleias dos estados aguardando a nova legislação. Caso todas essas solicitações sejam atendidas, o Brasil passará a contar com um total de 6.370 municípios e com pelo menos mais 7.254 vereadores (hoje são 52.137 vereadores no país).

Em 1980, o Brasil tinha 3.974 municípios e, 20 anos depois, o número havia subido para 5.507. Segundo o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 94,5% dos 1.405 municípios instalados de 1984 a 1997 tinham menos de 20 mil habitantes, e 735 deles, menos de 5 mil. Hoje, 74,8% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes, e 25,6% menos de 5 mil.

Os argumentos usados quando uma população pede para se desligar do município-sede geralmente são financeiros, pois eles passarão a contar com repasses estaduais e federais. Em 2001, no entanto, eco-

nomistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentaram uma pesquisa mostrando que a criação, nas últimas décadas, de municípios pequenos significou aumento da transferência de receitas tributárias de municípios grandes para esses menores, com provável desestímulo à atividade econômica nos grandes, sem estímulo nos pequenos. A pesquisa concluiu ainda que municípios com menos de 5 mil habitantes recebem mais recursos *per capita* que os outros.



Garibaldi (E), ao lado de Tasso Jereissati, elogia proposta

Rigor impede abusos do passado, afirma Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comemorou a aprovação do projeto que estabelece novas regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios e regulariza a situação de 57 cidades.

– Tivemos a aprovação do projeto que veio representar uma tábua de salvação para os municípios, pois, se não fosse essa regulamentação, estariam fadados a desaparecer – declarou.

Garibaldi ressaltou o caráter rigoroso das exigências feitas pelo projeto para a criação de municípios, como população, viabilidade econômica e até a

realização de um plebiscito para efetivar essa criação. Em sua avaliação, essas exigências representam “verdadeiras barreiras” para evitar a proliferação de novos municípios, que vinha ocorrendo no país.

O presidente do Senado agradeceu a Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), autores de proposições que foram utilizadas no substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da proposta.

– Após 20 anos de vigência da Constituição federal, ainda temos muita coisa para regulamentar – concluiu o senador.

Senado não fará sessões de votação na próxima semana

Por deliberação dos líderes partidários no Senado, as sessões plenárias da próxima semana, que antecede o segundo turno das eleições municipais, serão todas não-deliberativas. O anúncio foi feito em Plenário pelo senador Garibaldi Alves Filho.

O presidente do Senado também manifestou preocupação com a votação de medidas provisórias, agora que o prazo para a suspensão da leitura dessas matérias, estabelecido por ele em agosto, se extinguiu.

Normalmente, as MPs são lidas assim que chegam ao Senado, vindas da Câmara. O senador havia suspenso a leitura porque as MPs têm chegado daquela Casa já com prioridade

para votação, trancando dessa forma a pauta do Plenário.

Garibaldi disse continuar acreditando que elas não podem ser encaradas normalmente e defendeu reações restritivas, mas não sectárias, radicais, em relação às medidas provisórias.

O presidente do Senado mencionou ainda as surpresas ocorridas nas eleições municipais deste ano, destacando os resultados obtidos pelo PMDB, que está na disputa, em segundo turno, em capitais como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

– Nós não temos nada contra os pequenos municípios e centros, mas ganhar nos grandes também é bom – disse.

Augusto faz homenagem aos médicos

A comemoração do Dia do Médico em 18 de outubro foi lembrada por Augusto Botelho (PT-RR). O senador prestou homenagem a todos os médicos do Brasil, em especial aos de Roraima.

Augusto lembrou que, assim como ele próprio, vários senadores são também médicos “e entendem as dificuldades e desafios enfrentados diariamente por esses profissionais”.

O parlamentar também elogiou a gestão



Augusto destaca elogios da OMS ao Saúde da Família

do ministro José Gomes Temporão à frente do Ministério da Saúde.

De acordo com Augusto Botelho, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elogiou o programa Saúde da Família, do governo federal, “que fez com que a mortalidade infantil diminuísse 50% em 15 anos”, e sugeriu que o modelo seja seguido por outras nações.

Ontem foi um dia de várias votações na Comissão de Constituição e Justiça. Os senadores deliberaram sobre projetos referentes a direito do consumidor, depoimento em CPI, proteção ao menor vítima de abuso sexual, licitações públicas e cobrança de multas

Lista indicará impedidos de contratar

Os órgãos públicos poderão ter à sua disposição um cadastro de pessoas físicas e jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e firmar contratos com o poder público. É o que determina projeto de lei do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) aprovado ontem em turno suplementar, mediante substitutivo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Pela proposta (PLS 500/07), que modifica a Lei das Licitações, serão inscritas no cadastro empresas ou profissionais que, em razão de contratos realizados com a administração pública, tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos. Também terão os nomes incluídos na lista os que tiverem praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, bem como demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com o poder público, em virtude de atos ilícitos. Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, a matéria seguirá logo ao exame da Câmara.

Ex-dono de carro deve pagar multa antiga

A proibição de cobrança de multas ao novo proprietário de veículo depois de concretizada a transferência, desde que esses débitos sejam de responsabilidade do ex-proprietário, é uma das propostas de alteração no Código de Trânsito Brasileiro aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria vai agora ao Plenário do Senado.

—No sistema atualmente em vigor, não raras vezes, as pessoas que adquirem veículos usados são surpreendidas com a cobrança de multas de responsabilidade dos antigos proprietários, sobre as quais nem tinham conhecimento — argumenta o relator da proposição, (PLC 116/07), Osmar Dias (PDT-PR).

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), concedeu vistas do substitutivo apresentado à proposta de emenda à Constituição (PEC 87/07) que prevê a transferência, por meio de lei específica, de recursos do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza para o desempenho de ações sociais civis pelas Forças Armadas.

CCJ aprova indenização a passageiro por overbooking

EMPRESAS AÉREAS QUE forem flagradas praticando o *overbooking* — venda de passagens acima do número de assentos — serão obrigadas a indenizar o passageiro impedido de embarcar no valor correspondente ao da passagem. A indenização, a ser paga pela companhia aérea em

dinheiro ou em crédito aberto, também é válida em caso de cancelamento de voo ou atraso superior a duas horas.

A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou substitutivo do senador Expedito Júnior (PR-RO) a

projeto de lei (PLS 114/04) de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). A proposta tramitava em conjunto com outros três projetos sobre o mesmo tema. O texto segue agora para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde será votado em decisão

terminativa.

O objetivo da medida é preservar o passageiro de constrangimentos nos aeroportos, principalmente diante da prática do *overbooking*. A indenização não exime, entretanto, a empresa de garantir ao passageiro prejudicado o

direito contratual ao transporte indicado no bilhete, o qual poderá ser usufruído, a critério do passageiro, na forma de uma das seguintes alternativas: acomodação em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, no prazo de quatro horas a contar do horário previsto

para o embarque; e reembolso do valor do bilhete.

Todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta da empresa, de acordo com o projeto.



Marco Maciel, presidente da CCJ, conversa com Valter Pereira (E). Uma das matérias votadas pelo colegiado é o projeto que define o que são instituições financeiras estrangeiras e atribui ao Poder Executivo a competência para autorizar o funcionamento delas no país



Réu poderá ser citado por meio da internet

O edital de convocação de réu ou interessado em processo judicial poderá ser divulgado pela internet, conforme projeto de lei aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposição especifica que a citação seja divulgada no site do tribunal em que corre o processo, além de manter a obrigação de publicação no *Diário Oficial* do tribunal e em jornal local, segundo a legislação em vigor.

De autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a proposta (PLS 207/05) reduz de 15 para dez dias o prazo que o tribunal dispõe para publicar o edital de citação. A legislação vigente estabelece que o aviso seja publicado pelo menos uma vez no *Diário Oficial* do tribunal e no mínimo duas em jornal local.

Segundo a proposição, o prazo para a resposta do réu começará a ser contado entre dez e 30 dias após a primeira publicação do edital, de acordo com decisão do juiz. Também nesse aspecto o projeto reduz os prazos previstos na lei vigente, que hoje dá ao juiz até 60 dias para fixar o início de período de resposta do citado.

A citação por meio de edital ocorre em situações específicas, como, por exemplo, nos casos em que o réu se encontra em local ignorado ou inacessível. Conforme estabelece o Código de Processo Civil, quando é conhecida a localização dos envolvidos em processo judicial, a notificação dos mesmos deve ocorrer pessoalmente, por meio de um oficial de Justiça, ou pelo correio, em casos determinados.

Rejeitada a flexibilização do uso do DDT

A Comissão de Constituição e Justiça rejeitou substitutivo da Câmara que flexibiliza o uso do composto químico denominado DDT. Os senadores acompanharam o voto do relator, Osmar Dias (PDT-PR), e mantiveram o projeto de Tião Viana (PT-AC), que proíbe a fabricação, importação, exportação, comercialização e uso do DDT.

Conforme argumentação do relator, o substitutivo permitiria o uso do DDT em campanhas de saúde pública, quando não houvesse alternativa segura, viável e exequível à sua utilização. Para Osmar Dias, a mudança é desnecessária, devido à existência de norma específica para ações de saúde pública. Ele também defende a manutenção do texto original por considerá-lo mais abrangente e mais rigoroso no que se refere às penalidades previstas para caso de descumprimento das restrições.

Osmar Dias argumentou ainda que a flexibilização no uso do DDT poderia levar à contaminação do meio ambiente e colocar em risco a saúde da população. Ele lembrou dificuldades enfrentadas em seu estado para a eliminação completa do composto, o que requer incineração em recipiente hermeticamente fechado.

—Se permitirmos que o DDT volte a ser utilizado no país, mesmo em casos excepcionais, estaremos afrouxando as regras para o uso do produto, que é extremamente nocivo à vida e ao meio ambiente.

O projeto será submetido à deliberação do Plenário.

Acusado que mentir em CPI poderá ser punido com prisão de até 3 anos

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto que estabelece pena de prisão de investigado que mentir durante depoimento em comissão parlamentar de inquérito (CPI). A proposta, apresentada pela Comissão Parlamentar de Inquérito Mista dos Correios, será agora examinada pelo Plenário.

De acordo com o projeto (PLS 226/06), a pena poderá ser de até três anos de reclusão, a exemplo da prevista para testemunha que também faltar à verdade perante CPI. O texto altera ainda o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para também tornar crime tal comportamento por parte de convocado em inquérito civil e administrativo. Segundo a legislação vigente, tais atitudes já são consideradas crime se praticadas por acusados ou testemunhas de processos judiciais e inquéritos policiais.

Conforme justificativa da matéria, as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando aos convocados por CPIs o direito ao silêncio e o princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém é obrigado a produzir

prova contra si mesmo, estariam levando “a aclamação jurídica do direito de mentir”. O projeto, apresentado pela CPI dos Correios, considera que essas decisões têm se configurado em “duro golpe contra o interesse público e avilta o direito dos cidadãos e da sociedade de acesso à verdade real”.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou voto favorável. Segundo o parlamentar, o silêncio e a criação de versões falsas têm sido usados como estratégia por convocados pelas CPIs, com o intuito de dificultar as investigações.

—Muitos acusados adotam a mentira como estratégia de defesa, pois essa conduta não está tipificada na legislação. Com a aprovação do projeto, estamos tornando a legislação mais rigorosa. Não estamos propondo que o acusado se auto-incrimine, nem estamos restringindo seu direito constitucional ao silêncio. Apenas queremos eliminar a mentira como estratégia de defesa.

Alvaro Dias foi apoiado pelos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Valter Pereira (PMDB-MS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Demostenes

Torres (DEM-GO).

Já a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) discordou, ao considerar que o projeto fere cláusula pétrea que garante ao acusado o direito de não produzir prova contra si. Ideli citou decisão do Supremo que confere ao indiciado o direito de negar a verdade durante depoimento.

Para Antonio Carlos Júnior, no entanto, deve ser assegurado ao depoente o direito de ficar calado, não o de mentir.

—O centro da questão é separar a mentira do silêncio. O projeto tipifica a mentira, impedindo que os depoentes mintam — observou ACM Júnior.

Antônio Carlos Valadares lembrou episódios em CPIs do Senado nos quais os depoentes “mentiram de forma escancarada e até arrancaram risos dos parlamentares”. Valter Pereira considerou que a mentira tem sido “um grande passaporte para o criminoso deixar a cadeia e ir para as ruas”.

Demostenes Torres afirmou que a proposição tem a virtude de criminalizar a mentira nos depoimentos, sem ferir o direito constitucional do acusado de não produzir prova contra si mesmo.

Ação pública pode ser obrigatória em crime sexual contra menor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acolheu ontem, em decisão terminativa, projeto determinando que se adote a ação penal pública em caso de processo por crimes de sedução, corrupção e rapto, se a vítima for menor de 18 anos e o crime ocorrer sob grave ameaça ou violência. De autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), a proposição recebeu voto favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO).

O senador por Goiás esclarece que, conforme o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), o processo judicial para crimes contra a liberdade sexual, de sedução, de corrupção de menores e de rapto deve ser iniciado por ação penal privada, pela própria vítima ou seu representante legal. A lei prevê ação pública quando a vítima ou seus pais não puderem pagar as despesas do processo ou quando o crime for praticado pelo pai,

tutor ou curador e resultar em lesão corporal grave ou morte.

Na justificativa da proposta, Patrícia Saboya argumenta que tais condições têm sido insuficientes para eliminar o abuso sexual contra crianças e adolescentes, “tendo em vista o pacto de silêncio instituído pelo temor da vítima a seu agressor”. No projeto (PLS 491/03), a senadora inclui entre as situações excepcionais, que justificariam a ação pública incondicional, os casos em que a vítima é menor de idade e o crime é cometido mediante violência ou ameaça.

Favorável à matéria, Demostenes ressalta que a mudança

contribuirá para reduzir a impunidade nos casos de abuso sexual de menores. A falta de entendimento do menor sobre o ato sofrido, o medo ou a vergonha fazem com que a vítima não dê início à ação penal, justificando assim a possibilidade de ação pública, afirmou Demostenes.

—Com a medida, o promotor de Justiça passa a ter obrigação de agir, assim que tomar conhecimento do crime — explicou o relator.

Pedido de vista

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), concedeu vista coletiva a emenda da Câmara ao projeto (PLS 54/04) que tipifica o

crime de seqüestro-relâmpago. O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou voto contrário ao substitutivo e manteve o texto original, de autoria do então senador Rodolpho Tourinho. Também

foi concedida vista coletiva ao projeto (PLC 3/07) que regulamenta o exercício das profissões de técnico em saúde bucal e de auxiliar em saúde bucal. Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da proposição, apresentou voto favorável.

Ainda na reunião de ontem, foram retirados de pauta o PLC 130/08, que dispõe sobre a criação de cargos em órgãos do Executivo; o PLS 613/07, que aumenta penas para crimes de trânsito; e o PLS 194/06, referente a crimes cometidos contra a administração pública. As matérias voltarão à agenda da CCJ nos próximos encontros do colegiado.

Senado consultará Procuradoria da República sobre nepotismo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou ontem que vai solicitar à Procuradoria do Senado consulta ao procurador-geral da República a respeito do enunciado, aprovado terça-feira pela Comissão Diretora, sobre a contratação de familiares por senadores. O objetivo, disse o presidente, é dirimir as dúvidas quanto aos casos de parentes nomeados antes de o parlamentar ter tomado posse, no que se refere ao cumprimento da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal (STF).

—Espero que a resposta do procurador-geral da República seja rápida. Nós queremos cumprir a lei. Não é questão de criar brecha ou não criar brecha, é questão de cumprir a lei — sustentou.

Garibaldi afirmou que vai telefonar para todos os senadores que ainda não responderam ao seu pedido de informação sobre contratação de familiares para que prestem esclarecimentos.

Ao mesmo tempo, o presidente do Senado disse acreditar que Epitácio Cafeteira (PTB-MA), que tem dois parentes trabalhando na Casa desde 1997, não agiu de má-fé quando defendeu a permanência deles no cargo, e garantiu que, se houver irregularidade, o próprio parlamentar se antecipará para resolvê-la.

Advocacia geral

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, questionado por jornalistas, utilizou o princípio da anterioridade para explicar o parecer que produziu sobre a situação de Cafeteira, que, segundo a imprensa, contratou parentes quando exercia seu primeiro mandato. Cascais afirmou que o documento está baseado na Resolução 7 do Conselho Nacional de Justiça, na Súmula 13 do STF e na Resolução 1 do Conselho Nacional do Ministério Público, que tratam de nepotismo.

Alberto Cascais observou que o Conselho Nacional de Justiça preservou a condição de servidores — mesmo os ocupantes de cargos em comissão — na hipótese de, posteriormente, algum de seus parentes vir a se tornar juiz, desembargador ou ministro. A partir da Súmula 13, frisou o advogado-geral, essa situação não é mais possível, e a medida foi adotada no Senado.

Cascais disse que poderá voltar a analisar caso Cafeteira se surgirem informações novas.



Deraldo Goulart (E), João Vicente, senador Paulo Paim e Virgínia Galvez

TV Senado lança documentário sobre o ex-presidente Jango

A TV Senado, juntamente com o Instituto João Goulart, lançou ontem o documentário *Jango em 3 atos*, em cerimônia precedida de audiência pública realizada no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis. O filme, produzido pela própria TV Senado, foi exibido aos convidados após a cerimônia.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, explicou que o objetivo da audiência foi promover as questões humanistas defendidas pelo ex-presidente da República João Goulart, entre elas os direitos trabalhistas, a distribuição de terras e a educação.

—Devemos olhar para o passado, lutando no presente, para construir um futuro melhor para todos — disse Paim.

Além do senador, participaram da mesa de debates o

diretor do documentário, o jornalista Deraldo Goulart; a diretora da TV Senado, Virgínia Malheiros Galvez; e o presidente do Instituto João Goulart, João Vicente Fontella Goulart — filho de Jango. Vários políticos e populares também estiveram presentes ao evento.

Produção da TV

Durante a audiência pública, Virgínia Galvez anunciou parceria da TV com a Biblioteca do Senado Federal para montar uma videoteca com os documentários produzidos pela emissora. Os filmes também integrarão o acervo *online* da biblioteca, que ficará à disposição do público.

O documentário *Jango em 3 atos* é a décima produção realizada pela equipe da TV Senado a partir de 2007.



Garibaldi diz que Senado quer cumprir a lei

Marcelo Kuhlmann

Marcelo Kuhlmann

Marcelo Kuhlmann

A formação das crianças e adolescentes e melhores condições para o magistério são temas de mais de uma dezena de discursos dos senadores

Paim lamenta casos de agressões em escolas

A dura realidade vivida pelos profissionais da educação foi lembrada por Paulo Paim (PT-RS). O senador lamentou o fato de os educadores estarem expostos a ameaças e agressões cometidas por alunos, o que os leva a se afastarem das salas de aula. "Não entendo como um aluno pode apontar o dedo no rosto de um professor, esfaqueá-lo, esbofeteá-lo, humilhá-lo", disse.

Entre outros problemas, Paim mencionou o excesso de alunos por turma e a falta de oportunidades de qualificação para os professores. O senador chamou a atenção para os esforços que o governo e o Congresso têm feito para melhorar a qualidade do ensino e valorizar o professor, e destacou que a proposta orçamentária para 2009 "embute um aumento de 17,1% nos gastos com educação".



Além de senadores, estudantes e docentes de escolas do Distrito Federal ocupam o Plenário durante a sessão especial

Senado presta homenagem às crianças e aos professores

O SENADO REALIZOU sessão especial em homenagem ao Dia do Professor, comemorado ontem, e ao Dia da Criança, transcorrido no domingo. O requerimento para as homenagens foi apresentado pelos senadores Patrícia Saboya (PDT-CE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), com o apoio de outros parlamentares.

Ao abrir a sessão, Mão Santa (PMDB-PI) convidou estudantes presentes a lerem os dez artigos da Declaração dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas. O texto consagra a necessidade de proteção, educação, saúde e oportunidades para o futuro a toda e qualquer criança.

Em seu discurso, Cristovam disse que a escola é a ferramenta de que as crianças precisam para vencer na vida e serem felizes. Assim, trabalhar por uma escola de qualidade para todas as crianças do país representa, a seu ver, a única maneira de concluir, com êxito, a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, que permanecem, segundo ele, incompletas até hoje.

– Dentro desse quadro, precisamos ter os professores mais bem remunerados e protegidos. Além de educadores, eles precisam militar nas ruas pelo "educacionismo", sistema em que todas as escolas têm a mes-

ma qualidade, seja para alunos ricos, seja para pobres.

José Nery disse que, embora o produto interno bruto (PIB) do Brasil tenha crescido, as estatísticas sobre educação não mostram esse desenvolvimento. O parlamentar citou dados do IBGE demonstrando que o Brasil tem ainda 14 milhões de analfabetos e muitos milhares de crianças fora da escola. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou que, no Brasil, um político que

se especializa em educação tem pouco espaço para se reeleger, o que considerou lamentável.

Para Ideli Salvatti (PT-SC), é mais difícil obter a inclusão social das crianças do que a dos adultos ou trabalhadores. Segundo ela, isso somente será possível com a melhoria da renda das famílias dessas crianças. A senadora conclamou os prefeitos do Brasil inteiro a cumprirem a lei do piso nacional dos professores, aprovada recentemente.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que o Congresso Nacional tem tomado muitas iniciativas sem perguntar às crianças e aos adolescentes quais seriam suas prioridades, enquanto Jefferson Praia (PDT-AM) observou que a população

da Amazônia se queixa muito da lentidão do Legislativo e dos governos federal, estaduais e municipais.

Marisa Serrano (PSDB-MS) conclamou as crianças e suas escolas a escreverem aos parlamentares, relatando suas necessidades e projetos. Romeu Tuma lembrou a abnegação dos professores do país diante das dificuldades que precisam superar. Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que aqueles que consideram "muito alto" o piso salarial dos professores precisam reconhecer o trabalho incessante que os professores têm fora das salas de aula.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou a grande dedicação dos professores do Nordeste e o papel da música no aprendizado das crianças da região. Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que embora falte dinheiro para a educação, falta mais ainda motivação, e ressaltou que apesar de a escola não substituir a família, representa uma complementação importante na formação da criança.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que foi professor da Fundação Getúlio Vargas e conclamou os estudantes a praticarem a ética, a liberdade e a realização da justiça.

Ao encerrar a sessão, Mão Santa frisou que o Senado tem 183 anos e que da Casa saíram as leis mais relevantes do país, como a Lei Áurea.

Renan cobra piso de R\$ 950 para os professores

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que os prefeitos e vereadores que ganharam nas eleições deste ano precisam assumir o compromisso em prol do ensino público. Ele ressaltou a obrigação dos Executivos estaduais e municipais de implantar com rapidez o piso salarial de R\$ 950 para os professores.

– É necessário respeitar os direitos dos educadores. É oportuno que vereadores e prefeitos assumam compromisso com o ensino público de qualidade – afirmou Renan.

O senador saudou os profissionais do ensino pela passagem do Dia do Professor. Ele lembrou que a Constituição estabeleceu que o ensino deve ser ministrado com base na valorização dos profissionais da educação e na garantia de plano de carreira e de piso salarial.



Fátima Cleide comemora melhoria nos índices de escolarização no país

Fátima Cleide celebra redução do analfabetismo

A redução da taxa de analfabetismo no país foi destacada por Fátima Cleide (PT-RO). Ela ressaltou avanço em relação a 2006 na taxa de escolarização por faixas etárias, segundo resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

A senadora disse que a educação "ainda é a esperança de uma sociedade que saiba respeitar os direitos humanos e ambientais".

– É importante salientar que o número médio de anos de estudo sofre com a incidência do elevado analfabetismo entre adultos e idosos. Quanto maior for a idade, menor é a média de anos de estudo. Essa situação exige amplo e decidido investimento em educação para jovens e adultos – frisou.

Gerardo Magela

Ideli conclama os prefeitos de todo o Brasil a cumprirem a lei do piso nacional dos professores



LRF impede repasse de recursos para salário de professor, diz Osmar Dias

Osmar Dias quer garantir aplicação integral do Fundeb

Osmar Dias (PDT-PR) aproveitou a comemoração do Dia do Professor para pedir apoio a projeto de sua autoria (PLS 265/08 – Complementar) que facilita a aplicação integral, pelos prefeitos, dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Conforme o senador, a proposta modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir que o prefeito use todas as verbas do Fundeb. O fundo determina que 60% dos repasses sejam aplicados nos salários dos professores e outros profissionais da educação. Mas a LRF diz que os municípios não podem gastar mais que 54% das receitas correntes líquidas em salários.

Gerardo Magela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Mão Santa • Antônio Carlos Valadares

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Jefferson Praia comemora investimento japonês

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) registrou ontem o anúncio de investimentos no Pólo Industrial de Manaus (PIM) feito pelo conglomerado japonês Kawasaki. Ao custo de US\$ 40 milhões, será instalada uma fábrica de motocicletas que poderá gerar 450 novos postos de trabalho.

– Trata-se de uma demonstração de confiança no futuro da capital amazonense e na economia do nosso país – disse o senador, para quem a atual crise mundial não altera os planos do grupo nipônico com relação ao Brasil: fazer dessa unidade no PIM uma plataforma de exportação para a América Latina e outras regiões.

Segundo Jefferson Praia, a fábrica faz parte da estratégia da Kawasaki de trazer para o Brasil sua divisão de produtos de consumo e maquinário. A expectativa é de que a produção local se inicie já no próximo ano.

Criado há 41 anos com a



Gerardo Magela

Conglomerado japonês poderá criar 450 empregos, diz Jefferson Praia

Zona Franca de Manaus, o pólo tornou possível uma alternativa econômica que mantém quase intacta a cobertura florestal original do Amazonas, de acordo com o parlamentar. Somente no ano passado, mais de 500 empresas faturaram o equivalente a US\$ 26 bilhões e geraram 105 mil novos empregos diretos, além de exportarem US\$ 11,1 bilhões, com investimentos de US\$ 7 bilhões. A arrecadação para os cofres públicos foi de R\$ 12,5 bilhões.

CMO: aprovados R\$ 326,3 milhões de créditos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem três projetos de lei com créditos suplementares para diversos órgãos governamentais, no valor total de R\$ 326,31 milhões.

O primeiro (PL 22/08-CN) abre, em favor de empresas estatais, crédito suplementar de R\$ 314,07 milhões. O segundo (PL 30/08-CN) acrescenta às dotações disponíveis para os ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações R\$ 9,67 milhões. E o último (PL 30/08-CN) destina R\$ 2,5 milhões aos ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Na próxima terça-feira a Comissão de Orçamento ouviu o diretor do Dnit sobre 48 obras com indícios de irregularidades graves.

Orçamento pode prever novas renúncias fiscais

O relator-geral do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que o texto trará uma reserva para garantir a execução de projetos de parlamentares, aprovados no próprio exercício, que envolvam concessão de renúncia fiscal. A criação da reserva está prevista no relatório preliminar que deverá ser apresentado nos próximos dias por Delcídio. O valor da renúncia será indicado no relatório final, afirmou ele.

Outra medida envolve a criação de uma reserva para um possível aumento do superávit primário – caso o Executivo queira –, como demonstração do compromisso do Congresso para enfrentar as eventuais dificuldades causadas pela crise financeira global.

ACM Júnior questiona ação do governo na greve dos bancários

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) questionou em Plenário a atuação do governo federal com relação à greve dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Ele apresentou requerimento de informações dirigido aos ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; do Tribunal Superior do Trabalho, Rider Nogueira de Brito; e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, indagando as providências adotadas para acabar com a paralisação.

– Essa greve tem trazido graves transtornos para a população brasileira, com a impossibilidade de pagamento de



Gerardo Magela

ACM Júnior pediu informações sobre as medidas para pôr fim à paralisação

compromissos, e não há perspectivas até o momento para a solução desta grave crise – disse o senador, em pronunciamento ontem.

Audiência está marcada para a próxima terça-feira na CAE. Aloizio Mercadante avalia que o governo deve ter um diálogo construtivo com a oposição para enfrentar a turbulência

Mantega e Meirelles falarão a senadores sobre a crise

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) realiza na próxima terça-feira, às 10h, audiência pública com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para debater a crise financeira internacional e os seus impactos na economia brasileira. Também devem ser discutidas as medidas adotadas pelo governo federal para minimizar os efeitos da turbulência no país. O encontro

atende a requerimento do presidente do colegiado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Em 6 de outubro, o governo editou medida provisória (MP 442/08) que dá ao Banco Central poderes para socorrer pequenos bancos e facilita a concessão de crédito a exportadores. A MP tramita na Câmara dos Deputados.

Na terça-feira, em Plenário, Mercadante disse que o governo precisa ter um diálogo cons-

trutivo com a oposição visando preparar o Brasil para sair na frente no novo ciclo econômico que virá após a crise. Ele ressaltou que, na história recente, o Brasil não havia enfrentado uma crise dessa magnitude, mas também nunca teve uma linha de defesa tão forte para enfrentá-la. O senador observou que o país conta com US\$ 200 bilhões de reservas cambiais, tem a inflação sob controle e uma situação fiscal tranquila.

João Pedro: deve-se evitar o clima de pânico

João Pedro (PT-AM) alertou para a necessidade de cautela neste momento de crise financeira para evitar o clima de pânico, “irmão siamês da desordem”. Em sua avaliação, o pânico pode se alastrar pelo fato de haver um bombardeio de informações pessimistas e o momento ser de perigo para a estabilidade socioeconômica do mundo.

O parlamentar assinalou a res-

ponsabilidade dos senadores na condução do país e sugeriu atenção ao que classificou de jogo dos que se beneficiam do clima apocalíptico. Segundo ele, o Brasil está preparado para enfrentar turbulências de grande magnitude. O senador acredita que o país passará pela crise sem comprometer os ganhos de qualidade de vida, pois fez o “dever de casa”.



Gerardo Magela

João Pedro avalia que o país está preparado para a crise

Bancos estão restringindo crédito, diz Ideli

Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a palavra do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ser levada às últimas conseqüências em relação ao mau uso dos recursos dos depósitos compulsórios liberados para os bancos manterem o crédito. Conforme o presidente, se os bancos não utilizarem esse dinheiro para manter a liquidez, o Banco Central deverá tomá-lo de volta.

Ideli elogiou as medidas do governo para combater a crise: redução do depósito compulsório e permissão para o redesconto, de forma que bancos em melhor condição comprem as carteiras de crédito de instituições menores em dificuldade. O problema, afirmou, é que os bancos, em vez de emprestar o dinheiro, estão comprando títulos do Tesouro Nacional.



Leopoldo Silva

Ideli defende punição a bancos que não estão emprestando

Alvaro Dias anuncia emendas à MP da crise

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou as emendas que a oposição deve apresentar à medida provisória (MP) que tenta evitar os efeitos, no Brasil, da crise econômica. Segundo afirmou, são “emendas indispensáveis para garantir os interesses dos correntistas”.

– O governo transferiu ao Banco Central poderes institucionais e não procurou mecanismos para salva-

guardar os direitos dos cidadãos.

Além dessas salvaguardas, Alvaro disse que a oposição pretende impedir que o Banco Central aceite “moedas podres” – títulos da dívida pública vencidos e não pagos, vendidos com deságio no mercado – como garantia de operações de redesconto, espécie de crédito que o BC concede a bancos comerciais com problemas de caixa.



Gerardo Magela

Alvaro Dias: governo precisa garantir direitos do cidadão

Goellner pede ações em favor da agricultura

Gilberto Goellner (DEM-MT) cobrou medidas urgentes do governo federal para salvar os produtores rurais da crise financeira internacional. Ele disse que a escassez de crédito oficial, a elevação abrupta do dólar – que encarece insumos como fertilizantes e defensivos agrícolas – e a precária condição financeira dos produtores tornam imprevisível a próxima safra.

– Neste momento, os produtores rurais estão totalmente descapitalizados e não têm condições de adquirir novos insumos nem de quitar as parcelas dos financiamentos que estão vencendo – assinalou.

O senador pediu ao presidente da República que se prorrogue o prazo para o pagamento das parcelas de crédito rural com vencimento em 15 de outubro.



Moreira Matiz

Goellner lembra que setor enfrenta escassez de crédito

Neuto de Conto ironiza atitude dos EUA

Neuto de Conto (PMDB-SC) disse ontem que a “generosidade repentina” dos Estados Unidos, que anunciaram, diante da crise financeira global, o combate ao protecionismo no comércio, só pode ser entendida como “piada de mau gosto”. O anúncio norte-americano veio pelo secretário do Tesouro, Henry Paulson.

Neuto afirmou que, há poucos

meses, os Estados Unidos e a Europa levaram a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio ao fracasso, ao se recusarem a reduzir subsídios que dão aos seus produtores rurais – antiga reivindicação dos países emergentes. Ele observou que tais subsídios impedem os agricultores do resto do mundo de aumentar a produção e exportar mais.



Gerardo Magela

Para o senador, americanos fazem “piada de mau gosto”



Gerardo Maggela

Movimento pretende interromper a votação de projetos, diz Mário Couto

Mário Couto quer ações em favor dos aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou para o dia 26 o início de uma série de atividades em defesa dos aposentados e pensionistas. O senador disse que o movimento tem respaldo da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas e contará com a participação de parlamentares como Paulo Paim (PT-RS) e José Agripino (DEM-RN).

Segundo Mário Couto, a primeira estratégia será interromper a votação de "projetos de interesse do governo" até que a Câmara vote propostas em favor desse setor da sociedade.

O senador refere-se a dois projetos: o PLC 42/07, que, por emenda de Paulo Paim, estendeu aos aposentados do INSS os reajustes do salário mínimo até 2011; e o PLS 296/03, que acaba com o fator previdenciário, índice que considera a expectativa de vida do trabalhador e o tempo de contribuição no cálculo do benefício da aposentadoria.



Gerardo Maggela

Mão Santa propõe que recursos sejam repassados aos prefeitos

Mão Santa sugere mudança no Bolsa Família

O senador Mão Santa (PMDB-PI) propôs ontem que os recursos do Programa Bolsa Família sejam distribuídos aos prefeitos, em vez de serem entregues diretamente às famílias. O parlamentar disse não ser contrário à distribuição dos recursos – que seriam uma forma de caridade, como pregou São Paulo em sua *Primeira Epístola aos Coríntios* –, mas citou o mandamento divino segundo o qual "comerás o pão com o suor do teu rosto", ao lembrar a importância do trabalho para o ser humano.

De acordo com o senador Mão Santa, os prefeitos poderiam criar empregos de jardineiro, de vigia de praça e de cozinheira de merenda escolar, entre outros, exemplificou, com os recursos do programa Bolsa Família.

Caberá ao novo órgão, segundo proposta aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, formular e executar medidas de proteção à criança e ao adolescente

Política para o menor pode ser formulada por agência

A FORMULAÇÃO E execução de políticas públicas em favor dos menores poderá ficar a cargo da Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, criada em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a proposta determina que a agência será vinculada à Presidência da República. Após a votação, em decisão terminativa, Cristovam pediu a mobilização dos parlamentares para que a matéria (PLS 50/05) seja deliberada com rapidez na Câmara. Ele enfatizou a importância da existência de um órgão junto à Presidência que cuide de todos os aspectos da infância e da adolescência, e não apenas de setores específicos, como educação e saúde.

– Esse projeto pode trazer mudanças na maneira como a criança é tratada no Brasil – afirmou o senador, destacando como simbólico o fato de a matéria ter sido votada no dia em que o Senado realizava sessão especial



José Cruz

Projeto de Cristovam (entre Goellner e Tuma) foi acolhido em decisão terminativa

para comemorar o Dia da Criança e o Dia do Professor.

O texto foi acolhido na CDH na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposta teve como relator Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A relatora na CDH, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), ressaltou que também caberá à agência controlar e avaliar a execução das medidas voltadas para os menores.

A agência deverá coordenar e elaborar as propostas orçamentárias das políticas de atendi-

mento a crianças e adolescentes e também monitorar e avaliar a respectiva execução orçamentária. Competirá ao órgão, também, promover a garantia aos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como estimular o exercício e a obediência a esses direitos.

O senador José Nery (PSOL-PA) destacou que a instituição de uma agência para cuidar da proteção de crianças e adolescentes significa a criação de um órgão para "cuidar do futuro do nosso país".

Dois mínimos para os que completarem 100 anos

As pessoas que completarem 100 anos e não possuírem meios de prover sua subsistência poderão ter direito de receber benefício no valor de dois salários mínimos mensais. Essa determinação é prevista em projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos.

A proposta (PLS 672/07), votada em caráter terminativo, poderá beneficiar uma parcela da população brasileira que em 2007 era formada por 11.422 pessoas, de acordo com pesquisa do IBGE. Paim argumenta que a medida terá "baixíssimo impacto nos cofres públicos, pois será aplicada a um limitadíssimo universo de cidadãos que atingem cem anos e que são carentes".

A CDH também acolheu, em decisão terminativa, projeto (PLS 417/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que obriga entidades

públicas e privadas que atuam nas áreas de informação, cultura, lazer, esporte, diversão, espetáculos e produtos e serviços voltados à criança e ao adolescente, a terem em seus quadros pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos em relação a crianças e adolescentes.

Foi aprovada ainda, também em decisão conclusiva, projeto (PLS 38/08) que estabelece a perda de valores e bens utilizados

no crime de prática e exploração de prostituição de crianças e adolescentes, além da já prevista privação da liberdade. O autor da proposição, Demostenes Torres (DEM-GO), disse que a medida atende ao princípio da justiça, uma vez que o criminoso busca o enriquecimento com a exploração sexual de menores. A matéria foi relatada por Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia.



José Cruz

Medida terá "baixíssimo impacto nos cofres públicos", argumenta Paulo Paim

Maciel: "A sociedade deseja boas leis, e não muitas"

O Congresso deve, na opinião de Marco Maciel (DEM-PE), adotar medidas para consolidar as leis brasileiras, ou seja, juntar em apenas uma legislação leis que tratam do mesmo assunto.

– A consolidação pode também simplificar a legislação, tornando-a mais acessível às pessoas. Na verdade, a sociedade deseja boas leis, e não muitas leis – afirmou.

O senador disse que o instituto da consolidação foi incluído na Constituição de 1988 e regulamentado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Ele citou que Gilberto

Freyre, em seu livro *Quase política*, transcreve esta frase de Prudente de Morais: "Parlamento não é fábrica a que deva recomendar-se pelo número de projetos que elabora ou pela rapidez com que os produza". Maciel também

Marco Maciel defende a consolidação das normas



Foto de Gerardo Maggela

mencionou artigo de Ives Gandra Martins Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho, lembrando que a Câmara dos Deputados está tentando consolidar mais de 200 diplomas legais, incluindo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O senador informou que na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual é presidente, procura juntar projetos sobre o mesmo assunto, entregando-os a só um relator. Além disso, observou que um único projeto, em vez de dezenas, pode ser mais bem discutido e examinado e ter sua redação melhorada.



Gerardo Maggela

Campanha para recolher armas precisa continuar, diz César Borges

César Borges cobra ações pelo desarmamento

O senador César Borges (PR-BA), que relatou o Estatuto do Desarmamento, defendeu a prorrogação da campanha do governo para recolhimento de armas ilegais. A ação, intitulada "Não deixe a ilegalidade fazer mais vítimas", se encerra em 31 de dezembro.

– Advogo que mais recursos poderiam ser alocados para as campanhas educativas e indenizações para compensar a entrega de armas. Desde 2004, as indenizações somaram apenas R\$ 41 milhões, o que gera uma média anual de pouco mais de R\$ 8 milhões.

César Borges criticou o Executivo pela demora em aplicar as penas de um a três anos de detenção, além de multa, previstas no Estatuto do Desarmamento para o porte ilegal de armas de fogo.

Maldaner propõe contribuição para a defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou a reapresentação de projeto que institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC). A proposta também transforma o Fundo Especial para Calamidades (Funcap) em Fundo Nacional para a Defesa Civil (Fundec).

A estrutura atual de Defesa Civil, disse, deixa uma lacuna nas ações de prevenção de desastres e de atuação em desastres. Assim, ressaltou, qualquer iniciativa de emergência fica à mercê de dotações orçamentárias sujeitas a constante contingenciamento.

Conforme o senador, o aumento dos recursos para o novo fundo viria de uma Contribuição Social para a Defesa Civil, que incidiria sobre operações de seguros privados. Casildo Maldaner garante que o consumidor não será "demasiadamente onerado", uma vez que a alíquota seria de 1% do valor dos prêmios a serem pagos.



Moneira Menezes

Alíquota seria de 1% do valor dos prêmios, conforme Casildo Maldaner